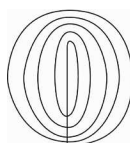


DESACORDO

EDIÇÃO DE 2014 do

COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2012-2015 FCT Project PTDC/FIL-FIL/121209/2010



Editado por
João Branquinho e Ricardo Santos

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica
Copyright © 2014 do editor
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Desacordo
Copyright © 2014 do autor
Teresa Marques

Todos os direitos reservados

Resumo

Discordamos sobre todo o tipo de coisas: o que existe, como as coisas funcionam, o que fazer, de que gostamos, etc. Entre os vários tipos de desacordo discutidos em debates filosóficos contemporâneos encontram-se os desacordos irrepreensíveis, os desacordos meramente verbais, e os desacordos entre pares. Os diferentes tipos de desacordo dão lugar a diversos problemas filosóficos. Há filósofos que defendem que se o desacordo sobre uma questão é irrepreensível, então talvez não haja verdades objectivas sobre essa questão, e que se um desacordo é meramente verbal, então não existe nenhum problema real em discussão. Algumas consequências destes tipos de desacordo concernem a *objectividade* dos problemas em causa. Outras consequências concernem a racionalidade das nossas crenças, como quando aprendemos que um *par epistémico* não concorda connosco. Este artigo resume a discussão filosófica contemporânea sobre o *desacordo meramente verbal*, o *desacordo irrepreensível*, e o *desacordo entre pares*.

Palavras-chave

Desacordo verbal, deflacionismo ontológico, desacordo irrepreensível, relativismo, desacordo entre pares

Abstract

We disagree about all sorts of things: what there is, how things work, what to do, what we like, etc. Among the various kinds of disagreement that have been in focus in recent philosophical debates are: faultless disagreements, where noone appears to be wrong, merely verbal disagreements, and peer disagreements. These various kinds raise different philosophical issues. Some philosophers claim that if a disagreement is faultless, then there are no objective truths about the topic of the disagreement, and that if a disagreement is merely verbal, then there is no real problem under discussion. These kinds of verdict about a possible disagreement have impact on the *objectivity* of the problems at stake. Other kinds of problems raised by disagreement are less concerned with the objectivity of its subject matter than with the rationality of beliefs over some subject matter, for instance in cases of *peer epistemic* peer disagreement. This article summarizes the current discussion over the philosophical problems raised by these types of disagreement: *merely verbal disagreement*, *faultless disagreement*, and *peer disagreement*.

Keywords

Faultless disagreement, ontological deflationism, faultless disagreement, relativism, peer disagreement

Desacordo

Uma boa parte da nossa vida é guiada pelas opiniões que nos são transmitidas por outrém. Aprendemos a guiar-nos não só pela experiência que temos em primeira mão, como também pelo testemunho que nos é transmitido pelas pessoas cuja credibilidade respeitamos. Contudo, recusamo-nos a aceitar a opinião e perspectiva dos demais com quase tanta frequência como aceitamos o seu testemunho. Discordamos sobre todo o tipo de coisas: sobre o que existe, sobre o que acontece à nossa volta, sobre o que devemos fazer, sobre as coisas de que gostamos, ou, mais teoricamente, sobre concepções da realidade, valores, políticas, teorias, filosofias, etc. Alguns desacordos parecem ser *irrepreensíveis* – nenhuma das partes intervenientes na discussão aparenta estar equivocada. Outros desacordos parecem ser *meramente verbais*, e talvez não sejam sequer desacordos genuínos. Há filósofos que argumentam que o diagnóstico correcto destes tipos de desacordo é o *deflacionismo* sobre o tópico do (aparente) desacordo inicial. Se o desacordo sobre uma questão é irrepreensível, então talvez não haja verdades objectivas sobre a questão em causa. Se um desacordo é meramente verbal, então diz respeito a um pseudo-problema. Há também desacordos que não parecem dizer respeito às crenças que as pessoas possam ter, mas sim aos conflitos de outro tipo de atitudes *não-doxásticas* ou *conativas*, como desejos, gostos, ou preferências.

A palavra ‘desacordo’ parece portanto aplicar-se a uma variedade de fenómenos, isto é, a vários tipos de relações possíveis entre duas ou mais pessoas, e entre as suas atitudes *doxásticas* ou talvez mesmo entre as suas atitudes *não-doxásticas*. As atitudes *doxásticas* são aqueles estados mentais como *crenças*, *suposições*, *conjecturas*, etc., que podem estar certos ou errados, isto é, podem ser verdadeiros ou falsos. As atitudes *não-doxásticas* são por vezes ditas *conativas* e envolvem estados mentais como os desejos, as emoções, etc. Não faz sentido dizer que podem estar certos ou errados no sentido acima, mas de vários destes tipos de estado pode dizer-se que podem ser satisfeitos ou não.

Podemos também distinguir entre um *desacordo em estado* (ou *atitude*) e um *desacordo em acto*. Esta diferença é discutida por exemplo por Cappelen e Hawthorne (2009). Podemos dizer que um *desacordo em*

acto ocorre quando duas ou mais pessoas participam numa discussão em que uma nega e critica vigorosamente os pontos de vista da outra. Isso pode acontecer, aparentemente, mesmo quando elas têm pontos de vista sobre o tema da discussão que na realidade são compatíveis. Talvez os interlocutores não se dêem conta de que na realidade as suas crenças são compatíveis. Talvez o objectivo da discussão não seja estabelecer a compatibilidade das suas crenças, mas persuadir a outra pessoa a adoptar certos valores ou padrões de comportamento. Ou talvez a discussão tenha outros motivos inteiramente extrínsecos ao assunto em debate.

Por outro lado, podemos também dizer que duas pessoas estão em desacordo apesar de não estarem efectivamente a discutir – isto é, sem que de facto troquem palavras entre si ou interajam de qualquer forma. Talvez uma das duas pessoas já tenha morrido, ou talvez nunca tenham sequer ouvido nada uma sobre a outra. Por exemplo, Darwin poderia estar em desacordo com Aristóteles sobre a classificação de espécies biológicas. Se as crenças de duas pessoas são de alguma forma *incompatíveis*, então deveríamos poder dizer que as pessoas estão em desacordo, mesmo que não interajam directamente de nenhuma forma.

Em filosofia, o sentido de desacordo que é tipicamente assumido como relevante é o segundo e não o primeiro, isto é, é o desacordo em *estado* ou *atitude* e não o desacordo *em acto*. Uma vez que há vários tipos de atitudes, tanto doxásticas como não-doxásticas, podemos distinguir entre o que é requerido para que exista incompatibilidade entre atitudes doxásticas e o que é requerido para a incompatibilidade entre atitudes não-doxásticas. Stevenson (1963) faz esta distinção entre desacordo *doxástico* e desacordo *não-doxástico*:

A diferença entre os dois sentidos de ‘desacordo’ é essencialmente o seguinte. O primeiro envolve uma oposição entre crenças, as quais não podem ser ambas verdadeiras, e o segundo envolve uma oposição de atitudes, as quais não podem ser ambas satisfeitas. (Stevenson 1963: 1)

A existência de vários tipos de desacordo tem várias consequências. Algumas consequências concernem a objectividade dos problemas em causa, outras concernem a racionalidade da nossa perspectiva e reacção a esses problemas, como quando aprendemos que, por exemplo, um *par epistémico* (alguém que sabe exactamente o mesmo que nós sabemos, e que é tão racional como nós) não concorda connosco.

No que se segue, ofereço um resumo da discussão filosófica contemporânea sobre estes vários problemas.

1 Desacordo meramente verbal

Uma forma de desacordo aparentemente pouco problemática parece ser a do fenómeno do *desacordo meramente verbal*. A palavra ‘meramente’ é uma forma depreciativa de descrever o desacordo em causa, indicando que não é um desacordo “real” ou “genuíno”. Considere-se um exemplo de William James:

Há alguns anos, durante um acampamento nas montanhas, quando regressava de um passeio solitário, deparei-me com os meus companheiros agitados numa feroz discussão metafísica. O objecto da discussão era um esquilo – um esquilo vivo que supostamente estaria agarrado a um dos lados do tronco de uma árvore, enquanto que do lado oposto do tronco da mesma árvore deveríamos imaginar estar uma pessoa. Esta pessoa tentaria observar o esquilo e mover-se-ia rapidamente em torno do tronco da árvore, mas, por mais depressa que se mova, o esquilo é tão rápido quanto ela, mantendo sempre o tronco da árvore entre si e a testemunha, de forma que esta pessoa não conseguiria de forma alguma observar o esquilo. O problema metafísico é assim este: *A pessoa contorna o esquilo ou não?* A pessoa contorna a árvore, disso não há dúvida, mas será que também contorna o esquilo? No ócio ilimitado da natureza, a discussão tinha sido esgotada. Todos tinham tomado posições, que defendiam obstinadamente; e havia tantas pessoas de um lado como do outro... Tomar uma decisão sobre quem tinha razão depende do sentido prático de ‘contornar’. Se queremos dizer que a pessoa passa a norte, leste, sul, e a oeste do esquilo, então num sentido a pessoa teria contornado o esquilo. Se pelo contrário queremos dizer que está primeiro à frente, à direita, depois atrás, e finalmente à esquerda do esquilo, então a pessoa não teria contornado o esquilo. Mas uma vez feita a distinção entre as duas formas de interpretar ‘contornar’, deixa de haver lugar para qualquer disputa. (James 1904: 31)

Como nos explica James, o desacordo aqui é inteiramente terminológico. A resposta correcta depende da maneira como entendemos ‘contornar’. Uma vez distinguidas as duas leituras de ‘contornar’, a aparência de desacordo desaparece. Todos no acampamento podem reconhecer que estão de acordo sobre todos os factos relevantes sobre a pessoa e o esquilo. (Mas, claramente, não estão de acordo sobre como entender ‘contornar’).

É potencialmente relevante, meta-filosoficamente falando, compreender as condições nas quais ocorrem desacordos meramente ver-

bais. Pelo menos *prima facie*, um desacordo meramente verbal resulta de alguma falha comunicativa. Poderia pensar-se que isso indica que um desacordo verbal não revela nada de substancial ou de profundo sobre o tópico do desacordo. Normalmente, a acusação de que um desacordo é meramente verbal é uma acusação de que o que está em discussão é apenas um pseudo-problema que em nada avança a compreensão de um dado fenómeno. É portanto tentador pensar que o diagnóstico de uma disputa como meramente verbal tem consequências *deflacionistas*. Afinal, se uma disputa é meramente verbal, então é infrutífera – se os participantes numa discussão se entendessem sobre como usar as palavras, então não estariam a discutir.

O diagnóstico é portanto relevante no contexto das disputas metafísicas. Na história da filosofia dos últimos 100 anos, a acusação de que certos desacordos são meramente verbais desempenhou um papel relevante na *metametáfísica*. Mais concretamente, alguns autores defenderam que várias disputas metafísicas tradicionais (sobre a existência do mundo exterior, de Deus, de outras mentes, etc.) não eram mais que *disputas verbais*, e que isso nos deveria levar a deflacionar a disputa em causa. Os positivistas lógicos, bem como alguns meta-ontólogos contemporâneos, concordam que o diagnóstico de que uma disputa é meramente verbal, ou de que os interlocutores estão equivocados sobre o que está em discussão, deveria conduzir-nos ao deflacionismo.

Manley (2009) expressa bem as intuições que motivam os deflacionistas em metafísica:

Quando nos apresentam pela primeira vez uma disputa no domínio da metafísica – ou talvez anos depois de nos dedicarmos a pensar sobre esse problema – podemos experimentar dois tipos de intuições deflacionárias. Primeiro, podemos ter a impressão de que não há nenhum problema entre as posições em disputa. A fenomenologia aqui é semelhante àquela que encontramos nas disputas meramente ‘verbais’ ou ‘terminológicas’ (...) Quanto ao segundo tipo de intuição elicitada pelas disputas em metafísica, mesmo quando temos a impressão de que algo realmente está em causa numa questão metafísica, podemos ainda assim ter a impressão de que a resposta à questão é de alguma forma trivial – que a podemos descobrir extraindo consequências de banalidades que todos aceitamos, ou reflectindo sobre um esquema conceptual que todos partilhamos. (Manley 2009: 1-3)

Para ilustrar o primeiro tipo de intuição, Manley indica o problema metafísico da *composição de objectos*. De acordo com filósofos como

Cian Dorr, a constituição de objectos complexos, como chávenas de chá ou mesas, através da composição de objectos ou partículas mais simples nunca ocorre (Dorr 2005; Dorr e Rosen 2002). Mas filósofos como Lewis (1986) diriam que, pelo contrário, a composição de complexos a partir de partículas mais simples ocorre sempre. Já filósofos como van Inwagen (1990) alegam que os simples só se organizam na composição de um objecto complexo quando constituem organismos vivos. Perante posições tão díspares, um observador do debate pode facilmente ter a intuição de que aquilo que está em causa é pouco mais do que uma disputa meramente verbal. Efectivamente, filósofos como Eli Hirsch argumentam que alguns debates ontológicos sobre quais os tipos de objectos materiais que realmente existem são meramente verbais. Para Hirsch, essas disputas equivalem a disputas sobre a frase ‘Plutão é um planeta’: concerne simplesmente o facto de que podemos usar o termo ‘planeta’ de forma a tornar a frase verdadeira. Se nos recordarmos da noção de desacordo doxástico identificada na introdução desta entrada, estaremos cientes de que aparentemente os casos de desacordos meramente verbais são casos em que tanto a nossa afirmação (ou crença) como a do oponente putativo podem ser verdadeiras, e portanto *compatíveis*.

Como ilustração do segundo tipo de intuição, Manley menciona o problema do realismo sobre os números e realidade matemática, por meio da seguinte prova. A frase

É verdade que existem números.

Segue-se da observação banal de que

O número de dedos nas minhas mãos é finito.

A trivialidade da transição entre uma observação banal e uma conclusão aparentemente substancial faz com que qualquer argumento metafísico contra a conclusão de que existem números pareça inacreditável, e portanto o anti-realismo na matemática parecerá também dificilmente defensável. As duas formas de intuição deflacionária estão assim em conflito com a postura maioritariamente realista de muitos metafísicos contemporâneos, em particular com a de todos os filósofos que assumem que, na metafísica, estão a lidar directamente com problemas profundos e sérios sobre a realidade, e não meramente com questões linguísticas ou mentais acerca de como falamos e

pensamos sobre a realidade.

Os filósofos do movimento conhecido como *empirismo lógico*, e vários outros filósofos que lhes sucederam, defenderam várias formas de deflacionismo metafísico, por exemplo Rudolf Carnap, Gilbert Ryle, Ludwig Wittgenstein, John Austin, Richard Rorty ou Hilary Putnam.¹ Carnap (1950) por exemplo era fortemente crítico da metafísica tradicional. Segundo Carnap, existem basicamente dois tipos de questões de existência que podem ser colocadas: as questões internas e as externas. As questões internas podem ser respondidas por meio de métodos lógicos ou empíricos, dependendo da linguagem em que são formuladas, i.e., dependendo de terem sido formuladas ou num sistema lógico ou num sistema factual. Estas questões são as que perguntam se uma frase é verdadeira numa linguagem concreta. Mas as questões de existência externas, pelo contrário, perguntam pela existência ou realidade de sistemas de entidades no seu todo, independentemente de qualquer linguagem, e são estas que, segundo Carnap, são desprovidas de “conteúdo cognitivo”, isto é, não têm substância.

Como Chalmers (2011) salienta, nem sempre é linear que um desacordo verbal seja um desacordo sem substância. Em linguística e filosofia da linguagem, é importante esclarecer o significado das palavras, e na história ou na crítica literária a compreensão dos idiomas usados pode ser da maior importância. Em psicologia e filosofia da mente, os conceitos e padrões de pensamento de um agente podem ser revelados pela escolha de uma palavra em detrimento de outra. Em jurisprudência, a determinação da extensão de palavras como ‘casamento’ tem efeitos muito concretos na vida das pessoas. Num outro exemplo que nos é dado por um *sketch* dos *Monthly Python*, Michael Palin protesta “isso não é um argumento, é só uma contradição”, e parece estar envolvido numa disputa meramente verbal com John Cleese. Mas saber se Cleese avançou ou não um argumento decidirá se o contrato entre os dois foi cumprido.

¹ O empirismo lógico não é uma doutrina definida por um conjunto de teses defendidas, mas sim como uma corrente ou movimento. Surgiu nos anos 20 e 30 na Alemanha e na Áustria, com o advento do nazismo nesses países, e subsequente fuga ou emigração de muitos intelectuais e académicos (os que não morreram). Vingou ainda durante as décadas de 40 e 50 principalmente, mas não só, no Reino Unido e nos Estados Unidos.

Nos casos em que as palavras têm pressuposições e conotações específicas, as questões verbais ou linguísticas têm consequências práticas, como os políticos bem sabem. A selecção de certas palavras em detrimento de outras com a mesma extensão (isto é, que se aplicam exactamente às mesmas coisas) tem efeitos na opinião pública e na probabilidade de aceitação das políticas propostas, como se pode verificar na diferença que existe entre as descrições ‘mobilidade especial na função pública’ e ‘despedimento de funcionários públicos’, entre ‘técnicas avançadas de interrogação’ e ‘tortura’, ou, num caso mais dramático ainda, na diferença entre ‘solução final para o problema judaico’ e ‘extermínio dos judeus’. Jackson (2013, 2014) argumenta precisamente que diagnosticar uma disputa com o defeito pragmático de um mal-entendido não mostra, por si só, que a questão em discussão não seja substantiva.

2 O desacordo irrepreensível

Outro tipo de desacordo comum é o desacordo persistente em áreas como a estética, a ética, o humor, as boas maneiras, sobre as questões de gosto, mas também sobre atribuições de estados de conhecimento, frases condicionais, frases com modais deontológicos ou com modais epistémicos. Nestes casos é possível estar persistentemente em desacordo com outras pessoas. Um aspecto adicional e não insignificante de muitos destes desacordos, é que as pessoas em desacordo parecem poder legitimamente manter a posição que tinham inicialmente, *apesar do desacordo*. É legítimo fazê-lo não apenas porque têm boas justificações e motivos para as avaliações que fazem, mas também porque *não parece de todo ser o caso que estejam erradas*. A estes desacordos podemos chamar *desacordos irrepreensíveis*.

Os desacordos persistentes e irrepreensíveis deste tipo podem ser um sinal de que um determinado domínio não é inteiramente objectivo, ou de que a verdade nesse domínio é de alguma forma dependente da mente. A *irrepreensibilidade* pode indicar a falta de universalidade – i.e., ser um sinal de que pontos de vista diferentes, aparentemente incompatíveis, são igualmente correctos. David Hume, ao discutir padrões de gosto, expressa esta questão elegantemente:

Pelo contrário, mil sentimentos diferentes, suscitados pelo mesmo objecto, são correctos: porque nenhum sentimento representa o que

existe realmente no objecto. O sentimento indica apenas uma certa conformidade entre o objecto e os órgãos dos sentidos ou as faculdades da mente; e se essa conformidade não existisse, o sentimento também não poderia existir. A beleza não é uma qualidade existente nas coisas elas mesmas: existe tão somente na mente que as contempla; e cada mente captura uma beleza diferente. Uma pessoa pode mesmo ver deformidade, onde outra pessoa é sensível à beleza; e cada indivíduo deve assentir ao seu sentimento, sem ter a pretensão de regular os sentimentos alheios. Indagar sobre a beleza autêntica, ou sobre a deformidade real, é um inquérito tão inútil como é a pretensão de averiguar qual o doce real ou o amargo real. Dependendo da disposição dos órgãos, o mesmo objecto pode ser doce e amargo; e o provérbio justamente dita que é inútil discutir os gostos. (Hume 1757: 268-9)

Tem sido defendido que esta variação ou dependência de um certo parâmetro na perspectiva do observador ocorre em vários domínios. Muitas pessoas, inclusive filósofos, tendem a ser relativistas sobre a moral, e defendem que existem códigos morais distintos de acordo com os quais certos actos são bons ou maus, mas que não existem factos que determinem quais os actos que são bons ou maus absolutamente, ou bons ou maus independentemente de quaisquer códigos morais.² Considerações semelhantes são dadas para os valores estéticos.

Nestes vários domínios, a ocorrência de desacordo persistente mas irrepreensível parece apoiar a relativização dos valores. Existem, contudo, pelo menos duas questões que devem responder-se no âmbito de uma tal relativização ontológica dos valores. Primeiro, qual o conteúdo dos estados mentais e dos actos de fala com os quais, aparentemente, se avaliam actos, coisas ou pessoas? Em segundo lugar, é realmente possível explicar a aparente existência de desacordos irrepreensíveis?

Uma resposta à primeira pergunta – qual o conteúdo dos actos de fala e estados mentais *avaliativos* – que tente acomodar o relacionismo ontológico dos valores pode tentar aplicar o contextualismo semântico aos predicados de valor. Teorias semanticamente contextualistas são normalmente teorias inspiradas no trabalho de Kaplan (1989). Na semântica de Kaplan, uma elocução de uma frase num contexto exprime uma *proposição*, e ao fazê-lo representa um estado de coisas possível como se esse estado de coisas realmente ocorresse.

² Para discussão, pode ver-se Boghossian 2006.

A elocução da frase é verdadeira na medida em que o estado de coisas que é representado de facto ocorre no mundo em que a elocução se produz. O *carácter* de uma frase é uma *função* de contextos de elocução para os conteúdos expressos pela frase em contexto, i.e., para proposições. Algumas palavras e frases representam *funções constantes* (em qualquer contexto, expressam a mesma proposição), e outras palavras ou frases representam *funções inconstantes* (em diversos contextos, expressam proposições diferentes).

O conteúdo, ou a proposição, que é expresso é por sua vez também uma função, mas de circunstâncias possíveis de avaliação para valores de verdade. O valor de verdade de uma frase proferida é, assim, relativo tanto ao contexto de uso da frase como à circunstância de avaliação.³ Por exemplo, a frase ‘a neve é branca’ tem (argumentavelmente) um carácter constante – e expressa sempre a proposição *que a neve é branca*, a qual pode ser avaliada com respeito a várias circunstâncias. Tal como as coisas de facto são, essa proposição é verdadeira, mas o mundo poderia ter sido de tal forma que essa proposição seria falsa, ou seja, a neve poderia não ter sido branca.

Existem palavras evidentemente sensíveis ao contexto, que representam caracteres ou funções inconstantes; essas incluem não só ‘aqui’, ‘hoje’, ‘eu’, ‘ontem’, ‘isto’, mas também predicados gradáveis sensíveis a uma classe de comparação relevante no contexto, como ‘rico’, ‘alto’, ‘baixo’, ‘longe’, ‘pesado’, etc. Por exemplo, uma elocução de ‘a Maria é alta’ pode expressar uma proposição verdadeira, assumindo que a Maria tem 3 anos, se for feita num contexto em que a classe de comparação relevante é a de crianças de 3 anos numa creche. Mas uma elocução dessa frase pode expressar uma proposição falsa se a classe de comparação relevante for a de crianças com uma altura mínima para andar na montanha russa.

³ Uma explicação distinta da dependência do valor de verdade de uma frase proferida é dada em teorias Lewisianas (de David Lewis) baseadas na dupla-indexação (ver por exemplo Lewis 1980). De acordo com Lewis, o significado atribuído a uma frase é uma função de pares contexto-índice para valores de verdade. Assim, uma frase como ‘Faz sol’ é verdadeira com respeito ao contexto de uso *C* e com respeito ao índice *I* se, e somente se, faz sol no momento de tempo e no local do índice *I* do mundo *I*. Os valores do índice *I* são, normalmente, aqueles determinados no contexto de uso (apesar de poderem ser mudados por operadores).

Ora bem, as teorias disposicionais sobre as propriedades expressas pelos predicados de gosto pessoal elaboram a ideia de que as propriedades em questão são ontologicamente dependentes da mente. O contextualismo semântico pode oferecer-se como uma explicação coerente da expressão de Hume, ‘mil sentimentos diferentes suscitados pelo mesmo objecto’, e da aparência de irrepreensibilidade no desacordo. Ofereceria assim uma resposta possível às duas perguntas que acabámos de formular. Por exemplo, um predicado como ‘é saboroso’, atribuído a um alimento num contexto *C*, expressaria propriedades como *tem a disposição de causar experiências gustativas agradáveis nos agentes relevantes no contexto C em circunstâncias relevantes em C*, ou simplesmente *é saboroso para os padrões de gosto relevantes em C*. Esta seria uma explicação do conteúdo de um adjectivo como ‘saboroso’, que identificaria o tipo de conteúdo de actos de fala e de estados mentais relevantes.

As propostas *contextualistas* do tipo aqui descrito podem ser, plausivelmente, vistas como propostas relativistas, e são de facto tratadas como tal no caso dos predicados de avaliação morais (ver por exemplo Harman 1975). Recentemente, as propostas deste tipo são consideradas como formas de *relativismo indexical*. O motivo porque são consideradas como formas de relativismo é evidente e dispensa explicação. São consideradas formas de *relativismo indexical* porque os *valores semânticos* de, por exemplo, predicados de gosto ou da moral são determinados de forma análoga aos dos valores semânticos de expressões explicitamente indexicais da linguagem, como ‘eu’, ‘aqui’ ou ‘agora’, ou ‘alto’, ‘rico’ ou ‘longe’. Da mesma forma que estas palavras requerem que um contexto conversacional contribua com um valor para o falante, o local ou o momento de tempo referido, ou com uma classe de comparação relevante, os predicados avaliativos requeririam que o contexto conversacional contribuísse com um padrão avaliativo relevante.

Este relativismo indexical pode acomodar a irrepreensibilidade aparente dos desacordos sobre valores: duas pessoas relevantemente diferentes podem não partilhar padrões de gosto e portanto uma afirmar correctamente que um alimento é saboroso, e outra afirmar correctamente que o mesmo alimento não é saboroso. Portanto, o contextualismo (ou relativismo indexical) pode explicar a *irrepreensibilidade*. Mas a resposta à segunda pergunta requer que se explique

não só a irrepreensibilidade como também o *desacordo*.

A objecção principal que é levantada ao contextualismo é a de que os desacordos se perdem à custa da explicação da irrepreensibilidade. Duas pessoas não estão em desacordo quando uma diz 'A Maria é alta' e a outra diz 'A Maria não é alta', e a primeira quer dizer *alta para uma criança de 3 anos* e a segunda quer dizer *alta para andar na montanha russa*. Isto é, não há desacordo aparente quando as propriedades expressas pelo predicado 'alta' são distintas. Igualmente, duas pessoas não poderão estar em desacordo quando uma diz 'língua de vaca é saborosa' e a outra diz 'língua de vaca não é saborosa', e as propriedades expressas por 'saborosa' nas elocuições respectivas são distintas. Aliás, parece que uma discussão em que os intervenientes tenham em mente classes de comparação distintas e insistam em afirmar e negar, respectivamente, 'A Maria é alta', não é mais do que um mal entendido ou uma equivocação, e que na realidade ambos os intervenientes podem aceitar que é verdade que a Maria é alta para uma criança de três anos, mas não é alta para andar na montanha russa. Da mesma forma, ambos os intervenientes numa discussão sobre língua de vaca deveriam poder concordar que é verdade que a língua de vaca é saborosa para os padrões de gosto de X mas não é saborosa para os padrões de gosto de Y.

Vários autores têm salientado, precisamente, que temos intuições de desacordo que sobrevivem às explicações que aplicam a dependência do contexto aos predicados de gosto, humor, da moral, etc. Segundo esses autores, apesar de os intervenientes numa discussão como a descrita acima sobre língua de vaca poderem concordar sobre as afirmações relativizadas, é concebível que continuem a discordar sobre se a língua de vaca é saborosa, *tout cours*.

Estes autores têm, em geral, defendido uma modificação ao relativismo indexical (ou contextualismo) acima descrito, e defendem no seu lugar formas de *relativismo da verdade*. Assim, Kölbel (2004a, 2004b) argumenta a favor do relativismo da verdade moderado, também chamado *contextualismo não-indexical*. O contextualismo não-indexical modifica uma sugestão também de Kaplan (e de Lewis, numa forma ligeiramente diferente) segundo a qual, em alguns casos, certos factores não devem contar para a determinação do conteúdo expresso por uma palavra, ou por uma frase, mas devem contar antes para a determinação da *circunstância de avaliação*. Kaplan argumentava

que, por exemplo, a frase ‘faz sol’ não faz nenhuma referência explícita a um momento de tempo, nem a um local específico, ao contrário de ‘faz sol aqui’, ‘faz sol agora’, ou ‘faz sol em Évora às 3 da tarde do dia 15 de Agosto de 2015’. Aliás, a semântica de ‘faz sol’ e de ‘faz sol em Évora às 3 da tarde do dia 15 de Agosto de 2015’ é de tal forma diferente que as duas frases diferem quando são inseridas dentro do âmbito de operadores frásicos, como ‘às vezes’, ‘sempre’ ou ‘nunca’. Compare-se ‘Às vezes faz sol’ e ‘Nunca faz sol’, que são construções aceitáveis, com ‘às vezes faz sol em Évora às 3 da tarde do dia 15 de Agosto de 2015’ ou ‘Nunca faz sol em Évora às 3 da tarde do dia 15 de Agosto de 2015’, que não parecem ser construções aceitáveis.

A este argumento chama-se ‘o argumento do operador’, e é usado para apoiar a tese de que os parâmetros temporais ou de localização devem ser parte das circunstâncias de avaliação e não parte das proposições elas mesmas, *a não ser que* exista uma expressão referencial (indexical ou não) que requeira a determinação explícita de um valor temporal ou de local.

O contextualista não-indexical (relativista moderado) generaliza esta ideia aos padrões de gosto, e contrasta frases como ‘a língua de vaca é saborosa’ com ‘a língua de vaca é saborosa para os padrões de gosto de X’, alegando que a primeira, ao contrário da segunda, não faz qualquer referência explícita ou implícita a um padrão de gosto concreto. A frase ‘a língua de vaca é saborosa’ expressa agora uma proposição não clássica que é uma função de mundos possíveis e de padrões de gosto para valores de verdade. A verdade passa a ser relativa não apenas a mundos possíveis mas também a padrões de avaliação. Uma vantagem que alegadamente esta posição teórica teria com respeito ao contextualismo (ou relativismo) *indexical* é que duas pessoas com padrões de gosto distintos em desacordo sobre a língua de vaca passariam a estar em desacordo sobre o mesmo conteúdo. O problema da equivocação – que a existir dissolveria a aparência de desacordo – desapareceria.

As alegadas vantagens do contextualismo não-indexical, ou relativismo moderado, sobre o contextualismo ou relativismo indexical têm sido disputadas por vários autores (ver por exemplo García-Carpintero (2008), Stojanovic (2007), Glanzberg (2007), MacFarlane (2014), Marques (2014)). O aspecto do desacordo que, argumentavelmente, evade a explicação é a necessária incompati-

bilidade entre os estados mentais de dois agentes em desacordo. O contextualista não-indexical modela a sua explicação sobre o conteúdo dos actos de fala e estados mentais avaliativos na explicação do conteúdo de frases como ‘faz sol’. Mas podemos imaginar duas pessoas, González, residente na cidade do México, e Jespersion, residente em Estocolmo, ambos falantes de português, onde González diz ‘Faz sol’, e Jespersion diz ‘Não faz sol’, sendo que o que cada um diz concerne as circunstâncias respectivas de cada um (local, momento de tempo e mundo possível respectivo). Parece evidente que González e Jespersion não estão em desacordo, apesar de as elocuições respectivas expressarem proposições contraditórias, de acordo com a hipótese de que as proposições expressas são relativizadas não só a mundos possíveis mas também a tempos e locais. As proposições são contraditórias porque teriam sempre valores de verdade incompatíveis quando avaliadas com respeito às *mesmas circunstâncias*, e nesse sentido seriam incompatíveis.⁴ Mas a avaliação das afirmações, ou dos estados mentais, dos agentes, requer mais do que a identificação da proposição expressa, em particular quando essas proposições são relativas a mais do que mundos possíveis. Requer também que se tenham em consideração as circunstâncias relevantes determinadas no contexto dos falantes e agentes cognitivos em geral, como o caso de González e Jespersion torna evidente.

Sendo assim, o relativista moderado, i.e., o contextualista não-indexical, não parece ter progredido muito na explicação do desacordo irrepreensível, porque não é bem sucedido na explicação da incompatibilidade e conflito que uma explicação do desacordo argumentavelmente requer. A aplicação do mesmo modelo não-indexical ao conteúdo expresso por frases como ‘a língua de vaca é saborosa’ e ‘a língua de vaca não é saborosa’ é compatível com a ausência de desacordo entre dois falantes que afirmam, respectivamente, uma e outra frase, mas têm em vista padrões de gosto distintos com respeito aos quais as suas afirmações devem ser avaliadas.

Face a este problema, e motivados não só pelo fenómeno dos desacordos irrepreensíveis, mas também pelo problema do bisbilhoteiro,

⁴ Esta é uma certa simplificação do carácter de incompatibilidade destas proposições, que não precisamos de elaborar mais para os objectivos definidos neste artigo. Para discussão, conferir Marques 2014.

o problema das retratações, e dos desacordos inter-contextuais em geral [VER RELATIVISMO SEMÂNTICO], vários autores como Egan (2010), Lasersohn (2005) e McFarlane (2014: cap 7) propuseram formas mais radicais de relativismo da verdade, a saber, o *relativismo de aferição*. Em particular, MacFarlane argumenta que o padrão de valor relevante para a apreciação da correcção de um acto de fala ou de um estado mental pode não ser aquele do agente no seu contexto de uso (ou de crença), mas sim o padrão relevante num possível contexto de apreciação futuro no qual o acto de fala passado é aferido. Egan, por sua vez, propõe uma adaptação da noção Lewisiana de proposição centrada (ou propriedade *de se*). A diferença entre as duas formas de relativismo, a moderada e a radical, é a seguinte: na base de pressupostos semânticos tradicionais, os conteúdos semânticos das frases determinam valores de verdade relativamente a mundos-possíveis. Para os relativistas, os conteúdos semânticos determinam valores de verdade não apenas relativamente a mundos-possíveis, mas também relativamente a parâmetros adicionais como os padrões de gosto, como no caso sobre o qual nos debruçamos. Para os *relativistas moderados*, como Kölbel (2004a, 2004b) ou Récanati (2007), a avaliação de actos de fala como as asserções é *absoluta*. Da mesma forma que o contexto em que se faz uma afirmação fornece um valor específico para o parâmetro do mundo-possível com respeito ao qual se avalia uma asserção com um conteúdo tradicional, o contexto no qual se faz uma asserção fornece valores fixos para os restantes parâmetros (no caso que nos concerne, o padrão de gosto relevante).

O *relativismo de aferição* é uma posição mais radical porque a avaliação do *acto de fala* ele mesmo é também ela relativa. Os valores do parâmetro do padrão de gosto são dados apenas nos contextos em que a afirmação é aferida como correcta ou incorrecta, e esses padrões podem não ser aqueles intencionados ou determinados pelo falante no contexto de uso (serão geralmente relativos a parâmetros fora do contexto de uso). Além do mais, diversos contextos de aferição poderão determinar diferentes valores. Um mesmo acto de fala pode ser *correcto* quando aferido num contexto de apreciação, e *incorrecto* quando aferido num outro contexto de apreciação. É controverso se o relativismo de aferição oferece a explicação da impressão resistente de desacordo alegadamente existente neste caso.

Alguns autores têm apelado a explicações pragmáticas da ale-

gada impressão resistente de desacordo. Por exemplo, López de Sa (2008, 2014) apela a *pressuposições de comunalidade*, e Sundell (2011) apela à ideia de disputas metalinguísticas sobre a selecção de padrões relevantes. Outros autores têm apelado ainda à existência de conflitos de atitudes não-doxásticas, aproveitando uma distinção feita normalmente pelos expressivistas em meta-ética entre *desacordo em crença* (doxástico) e *desacordo em atitude* (não-doxástico ou conativo) (ver Stevenson (1963), Huvenes (2012), Sundell (2011), Stojanovic (2012), Marques (2015)). O conflito de atitudes conativas envolveria o conflito de desejos ou preferências. Uma pessoa pode *aprovar* ou ser *a favor* do casamento entre pessoas do mesmo sexo (ou de comer carne), enquanto que outra pode ser *indiferente* ou *ser contra* o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Neste sentido, as atitudes em questão estarão, argumentavelmente, em conflito, sem que nenhuma das pessoas esteja *errada*. A proposta aqui é que o apelo ao conflito de atitudes permitiria explicar a impressão de desacordo, por um lado, e a impressão de irrepreensibilidade, por outro. Um problema que normalmente não é discutido na literatura é a elucidação das condições em que duas atitudes conativas estão em *conflito*. (Stevenson (1963), Schroeder (2008), MacFarlane (2014), Marques (2015) discutem formas de dar conta do conflito de atitudes).

3 Desacordo entre pares

É comum descobrir que as outras pessoas não concordam connosco, e isso é por vezes importante. Se consideramos que o nosso interlocutor é *fiável*, temos de considerar seriamente a possibilidade de que ele esteja certo e nós errados. A importância de um desacordo com alguém que consideramos ser nosso igual – pelo menos tão fiável e sério epistemicamente como nós – é grande. Um par epistémico é alguém que, ao ser tão fiável como nós, pode estar tão bem informado como nós estamos, e ser tão racional e capaz como nós pensamos ser. O que devemos nós racionalmente fazer quando nos encontramos numa situação deste tipo? Devemos diminuir o grau de confiança que temos na nossa crença? Devemos suspender o juízo por inteiro, dado que um par epistémico está em desacordo connosco? Ou devemos, pelo contrário, manter o grau de crença que tínhamos antes de sermos confrontados com uma opinião divergente, na ausência de

prova conclusiva do nosso erro? Como Christensen (2009) explica o problema,

É claro que a questão de como devemos reagir ao desacordo com outras pessoas bem qualificadas não se restringe à filosofia. Em muitas questões factuais – facilmente encontramos exemplos que vão da política à economia – o desacordo predominante numa área, mesmo entre peritos, é a norma. (Christensen 2009: 756)

As posições sobre o desacordo entre pares ocupam todo um espectro de possibilidades. Num extremo encontram-se as posições que recomendam o revisionismo, i.e., que devemos baixar o grau de confiança numa crença nossa após a descoberta de que alguém que consideramos ser tão inteligente, bem informado, honesto, imparcial, etc., como nós não concorda connosco. Estas posições são ditas *conciliatórias* (ver Elga 2010). No outro extremo estão as posições *inflexíveis*.

Um exemplo que tem sido usado para motivar o *conciliacionismo* é o seguinte caso de cálculo mental:

Cálculo mental: Há já vários anos que se encontra com seis amigos para jantar cada quinze dias. Sempre dividem a conta equitativamente, deixando uma gorjeta de 18% e arredondando a conta à unidade mais próxima. A tarefa de calcular quanto cada comensal deve pagar cai-lhe sempre a si e ao Silva. (São quem bebe menos nos jantares). Quando recebem a conta, cada um faz o cálculo mental necessário. A maior parte das vezes estão de acordo. Mas nos casos em que discordam, verificam a conta com uma calculadora, e verificam que têm acertado no valor do jantar por pessoa o mesmo número de vezes. Hoje, após fazer a conta, calcula que o jantar custará 23€ por pessoa. Mas o Silva calcula que o jantar custará 24€ por pessoa. Nenhum dos dois consumiu mais álcool, ou mais café, e nenhum de vós está mais ensonado, ou mais alerta.

A tese do conciliacionista é a de que, neste caso e em todos os casos semelhantes, não temos nenhuma razão para pensar que o nosso companheiro terá cometido um erro, e que, dado o que sabemos sobre ele, devemos reduzir a confiança que depositamos na nossa crença e estar dispostos a revê-la.

Em contrapartida, a motivação mais forte para a posição *inflexível* resulta do grau de cepticismo a que o conciliacionismo parece obri-

gar-nos. Quando temos uma crença bem fundamentada e reflectida sobre uma determinada posição controversa, por exemplo sobre o contextualismo semântico aplicado aos predicados de gosto, à modalidade epistémica ou às atribuições de conhecimento, certamente somos cientes de que existem muitas outras posições alternativas bem fundamentas que pessoas igualmente inteligentes e bem informadas defendem. Contudo, esse conhecimento não nos leva a rever a nossa crença na correcção da teoria que advogamos (neste caso, o contextualismo semântico para as áreas de discurso mencionadas). Consideremos por exemplo este caso:

Inspecção cuidadosa: O caso é semelhante ao **cálculo mental**, mas agora não se limite a fazer o cálculo mentalmente. Faça o cálculo cuidadosamente no papel, e verifique o resultado. Depois faça o cálculo numa máquina calculadora fiável e testada e use-a para verificar o resultado e o problema de várias maneiras diferentes. Imaginemos que o resultado obtido é sempre 23€ por pessoa, pelo que o seu grau de confiança no resultado é agora extremamente elevado. Contudo o Silva, em quem tem todos os motivos para confiar, e que seguiu exactamente o mesmo procedimento, obtém consistentemente o resultado de 24€ por pessoa no jantar!

Muitas pessoas acreditam que casos como este não apoiam o conciliacionismo (conferir por exemplo Lackey (2010a, 2010b), Frances (2010) e Sosa (2010)). E também aqui se levanta a questão de saber se a resposta intuitiva se pode generalizar ou não.

Consideremos primeiro a *maneira como* devemos rever uma opinião. Parece evidente que nem todos os casos de desacordo entre pares nos devem levar a rever o que pensamos de um determinado assunto. Vavova (2014) discute o caso **cálculo mental** acima, em que parece ser perfeitamente razoável rever pelo menos o grau de confiança que depositamos na crença de que cada pessoa deve pagar 23€.

Consideremos agora um outro caso, **cálculo mental louco** que é equivalente ao anterior com a excepção que agora Silva garante que cada pessoa deve pagar 385€. Isto não nos deve dar *nenhuma* razão para rever a nossa opinião. Os dois casos parecem sugerir que a maneira como devemos rever a nossa opinião quando confrontados

com um par epistémico que está em desacordo connosco depende da confiança racional que depositamos na nossa própria crença. Se o grau de confiança for muito elevado, devemos ser inflexíveis e recusarmo-nos a rever a nossa posição. Se o grau de confiança epistémico na nossa crença for baixo, contudo, devemos reconsiderar. Uma vez que temos um grau de confiança elevado de que a conta é aproximadamente de 23€ por pessoa e não aproximadamente 385€, podemos ignorar a opinião do Silva no exemplo **cálculo mental louco**. Mas como o nosso grau de confiança de que estamos certos no caso **cálculo mental** é presumivelmente baixo, este facto deve dar conta da diferença entre os dois casos.

Todavia, como Vavova demonstra, este princípio é surpreendentemente falso. Não é em geral verdade que o desacordo entre pares nos deva levar a reconsiderar as nossas crenças quando o nosso grau de confiança é baixo, mas que nos deva levar a ser inflexíveis quando o nosso grau de confiança é elevado. Pelo contrário, os mesmos factores que nos levam a ter um grau baixo de confiança nas nossas próprias opiniões também tornarão a persistência do desacordo muito menos significativa. É nos casos difíceis, aqueles nos quais é difícil formar uma opinião, que provavelmente já verificámos o nosso raciocínio e portanto não precisamos de fazer novas revisões quando descobrimos que um par epistémico está em desacordo connosco. E o desacordo entre pares é significativo precisamente quando temos todos *mais* confiança nas nossas crenças.⁵

Teresa Marques
Universitat Pompeu Fabra
mariateresa.marques@upf.edu

⁵ Agradecimentos: Este trabalho foi financiado pelos projectos EuroUnders/0001/2010 e PTDC/FIL-FIL/121209/2010, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia; pelos projectos espanhóis FFI2010-16049 e CSD2009-00056, e pela AGAUR Generalitat de Catalunya com o projecto 2009SGR-1077, e finalmente pelo projecto PIEF-GA-2012-622114, do 7º programa quadro da União Europeia, acções Marie Curie. Agradeço ainda aos revisores desta entrada para o *Compêndio* e aos seus editores.

Referências

- Boghossian, P. 2006. *Fear of Knowledge: Against Relativism and Constructivism*. Oxford University Press.
- Cappelen, H. and Hawthorne, J. 2009. *Relativism and Monadic Truth*. Oxford University Press.
- Chalmers, D., Manley, D. and Wasserman, R. (eds.) 2009. *Metametaphysics: New Essays on the Foundations of Ontology*. Oxford University Press.
- Carnap, R. 1950. Empiricism, Semantics, and Ontology. *Revue Internationale de Philosophie* 4(2): 20-40.
- Chalmers, David J. 2011. Verbal Disputes. *Philosophical Review* 120(4): 515-566.
- Christensen, D. 2007. Epistemology of Disagreement: The Good News. *Philosophical Review* 116: 187-217.
- Christensen, D. 2009. Disagreement As Evidence: The Epistemology of Controversy. *Philosophy Compass* 4(5): 756-767.
- Dorr, C. 2005. What We Disagree About When We Disagree About Ontology. In M. Kalderon (ed.) *Fictionalism in Metaphysics*. Oxford University Press.
- Dorr, C. and Rosen, G. 2002. Composition As a Fiction. In R. Gale (ed.) *The Blackwell Companion to Metaphysics*. Blackwell.
- Egan, A. 2010. Disputing About Taste. In T. Warfield and R. Feldman (Eds.) *Disagreement*. OUP.
- Egan, A. 2012. Relativist Dispositional Theories of Value. *Southern Journal of Philosophy* 50(4): 557-582.
- Egan, A. 2014. There's Something Funny About Comedy: A Case Study in Faultless Disagreement. *Erkenntnis* 79(1): 73-100.
- Elga, Adam. 2010. How to Disagree About How to Disagree. In Ted Warfield and Richard Feldman (eds.) *Disagreement*. Oxford University Press.
- Feldman, R. and T. Warfield (eds.). 2010. *Disagreement*. Oxford: Oxford University Press.
- Frances, B. 2010. The Reflective Epistemic Renegade. *Philosophy and Phenomenological Research* 81(2): 419-463.
- García-Carpintero, M. 2008. Relativism, Vagueness and What Is Said. In G. Carpintero and M. Kölbel (eds.) *Relative Truth*. Oxford University Press.
- García-Carpintero, M. and Kölbel, Max (eds.). 2008. *Relative Truth*. Oxford University Press.
- Glanzberg, M. 2007. Context, Content, and Relativism. *Philosophical Studies* 136(1): 1-29.
- Harman, G. 1975. Moral Relativism Defended. *Philosophical Review* 84(1): 3-22.
- Hirsch, E. 2011. *Quantifier Variance and Realism*. New York: Oxford University Press.
- Hume, D. 1757. Of the Standard of Taste. In T. H. Green and T. H. Grose (eds) *Essays Moral, Political and Literary by David Hume*. Vol. 1, reprint of the new edition 1882 (1964 Scientia Verlag Aalen).
- Hume, D. 1978. *A Treatise of Human Nature*. L. A. Selby-Bigge (ed.). P. H. Nidditch (rev. ed.). Oxford: Clarendon Press.
- Huvenes, T. T. 2012. Varieties of Disagreement and Predicates of Taste. *Australasian Journal of Philosophy* 90(1): 167-181.
- Jackson, B. Balcerak. 2013. Metaphysics, Verbal Disputes and the Limits of Charity. *Philosophy and Phenomenological Research* 86(2): 412-434.
- Jackson, B. Balcerak. 2014. Verbal Disputes and Substantiveness. *Erkenntnis* (1): 1-24.
- James, W. 1904. *Pragmatism: A New Name for Some Old Ways of Thinking*. Filiquarian Publishing, LLC., 2007.
- Kaplan, D. 1989. Demonstratives. In J. Almog, J. Perry and H. Wettstein

- (eds.) *Themes From Kaplan*. Oxford University Press.
- Kölbel, M. 2004a. Faultless Disagreement. *Proceedings of the Aristotelian Society* 104(1): 53-73.
- Kölbel, M. 2004b. Indexical Relativism Versus Genuine Relativism. *International Journal of Philosophical Studies* 12(3): 297-313.
- Lackey, J. 2010a. A Justificationist View of Disagreement's Epistemic Significance. In A. Haddock, A. Millar and D. Pritchard (eds.) *Social Epistemology*. Oxford: Oxford University Press.
- Lackey, J. 2010b. What Should We Do When We Disagree? In T. S. Gendler and J. Hawthorne (eds.) *Oxford Studies in Epistemology*. Vol. III. Oxford: Oxford University Press.
- Lasersohn, P. 2005. Context Dependence, Disagreement, and Predicates of Personal Taste. *Linguistics and Philosophy* 28(6): 643-686.
- Lewis, D. 1980. Index, Context, and Content. In S. Kanger and S. Öhman (eds.) *Philosophy and Grammar*. Reidel.
- Lewis, D. 1986. *On the Plurality of Worlds*. Blackwell Publishers.
- López de Sa, D. 2008. Presuppositions of Commonality: An Indexical Relativist Account of Disagreement. In M. García-Carpintero and M. Kölbel (Eds.) *Relative Truth*. Oxford: Oxford University Press.
- López de Sa, D. 2014. Expressing Disagreement: A Presuppositional Indexical Contextualist Relativist Account. *Erkenntnis* 1-13.
- MacFarlane, J. 2005. Making Sense of Relative Truth. *Proceedings of the Aristotelian Society* 105(3): 321-339.
- MacFarlane, J. 2007. Relativism and Disagreement. *Philosophical Studies* 132(1): 17-31.
- MacFarlane, J. 2014. *Assessment Sensitivity: Relative Truth and Its Applications*. Oxford: Clarendon Press.
- Manley, D. 2009. Introduction: A Guided Tour of Metametaphysics. In D. Chalmers, D. Manley and R. Wasserman (eds.) *Metametaphysics: New Essays on the Foundations of Ontology*. Oxford University Press.
- Marques, T. 2014. Doxastic Disagreement. *Erkenntnis* 79(1): 121-142.
- Marques, T. 2015. Disagreeing in Context. *Frontiers in Psychology – Language Sciences*.
- Récanati, F. 2007. *Perspectival Thought: A Plea for (Moderate) Relativism*. Oxford University Press.
- Schroeder, M. 2008. How Expressivists Can and Should Solve Their Problem with Negation. *Noûs* 42(4): 573-599.
- Sosa, E. 2010. The Epistemology of Disagreement. In *Armchair Philosophy*. Princeton: Princeton University Press.
- Stevenson, C. L. 1963. *Facts and Values*. Yale University Press.
- Stojanovic, I. 2007. Talking About Taste: Disagreement, Implicit Arguments, and Relative Truth. *Linguistics and Philosophy* 30(6): 691-706.
- Stojanovic, I. 2012. Emotional Disagreement: The Role of Semantic Content in the Expression of, and Disagreement Over, Emotional Values. *Dialogue* 51(1): 99-117.
- Sundell, T. 2011. Disagreements About Taste. *Philosophical Studies* 155(2): 267-288.
- Van Inwagen, P. 1990. *Material Beings*. Cornell University Press.
- Vavova, K. 2014. Confidence, Evidence, and Disagreement. *Erkenntnis* 79(1): 173-183.